

Apontamentos para a história de uma luta: os atingidos pela barragem de Salto Caxias/PR

Jacqueline Parmigiani¹

RESUMO: Este artigo discute a política energética do Estado brasileiro e os efeitos sociais dos projetos de construção de barragens sobre as populações locais e registra a resistência dessas populações através da história da luta dos atingidos contra a construção da barragem da usina hidrelétrica de Salto Caxias/PR.

PALAVRAS-CHAVE: Atingidos por Barragens, Política Hidrelétrica, Deslocamento Compulsório, MAB, CRABI.

ABSTRACT: This *paper* argues the energy politics of the Brazilian State and the social effect of the projects of construction of barrages on the local populations and registers the resistance of these populations through the history of the fight of the reached ones for barrages against the construction of the barrage of the plant of Salto Caxias/PR.

KEY-WORDS: reached ones for barrages; hydroelectric politics; obligatory displacement; CRABI, MAB.

A construção de uma barragem normalmente envolve a desocupação de uma grande área de terra com a conseqüente desarticulação de toda a base produtiva de pequenos proprietários, arrendatários, posseiros, índios, enfim, de todos que se reproduzem por meio da apropriação das terras, dos rios e dos recursos naturais que a região oferece. A inundação destas terras implica, portanto, fazer com que desapareça a base física de todo o sistema de reprodução social destas comunidades².

Refletir sobre o significado do “impacto” da política energética brasileira na vida destas comunidades e compreender a trajetória dos reassentados dentro de um contexto caracterizado por um processo de deslocamento compulsório é o principal objetivo deste artigo³.

Apesar de serem poucas as investigações acadêmicas sobre as implicações sociais de grandes projetos, o conhecimento sobre o assunto é até vasto, mas, segundo Sigaud, “[...] de difícil acesso e circulação restrita [...] via de regra tem sido produzido no interior das empresas de consultoria e de instituições de pesquisa por encomenda da Eletrobrás e suas subsidiárias[...]” (SIGAUD, 1989, p. 55). Alguns destes estudos “encomendados”, continua a autora, foram desenvolvidos por antropólogos que estão ligados a uma perspectiva aplicada da disciplina, a “Antropologia de Barragens”, e ficaram conhecidos por utilizarem o conceito duvidoso de “impactos sociais”. Para estes pesquisadores, os “impactos” consistem em respostas culturais da população atingida a um certo tipo de intervenção externa, “[...] como se a um estímulo (intervenção) correspondesse uma reação (resposta cultural / impacto) [...]” (SIGAUD, 1986, p. 4). Nesta perspectiva, salienta Viveiros de Castro e Andrade, as populações “impactadas” parecem fazer parte do ambiente da obra, que passa a ser o “sujeito”: “Elas [as populações] são naturalizadas, assimiladas a espécies naturais submetidas a *impactos negativos* e a manejos paliativos ou *criativos*: são *melhoradas*”. (1988, p. 10. Itálicos no original).

De fato, nas análises contidas nos documentos do setor elétrico, as populações atingidas são tratadas como parte do ambiente da obra. Na verdade, para o setor, elas são parte do sistema social, econômico e cultural que a obra irá impactar. Os volumes 1 e 2 do **Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico**, publicado em 1990 pela Secretaria Nacional de Energia - Centrais Elétricas Brasileiras do Ministério da Infra-estrutura, estão repletos de referências neste sentido. Neste documento os “transtornos” que a obra impõe à população são tratados da mesma maneira que os problemas ambientais. Em uma destas passagens, o documento sugere que o suprimento de energia pode acarretar, “[...] rupturas, muitas vezes conside-

ráveis, nos sistemas físico-biótico, sócio-econômico e cultural dos locais e regiões em que as instalações de suprimento são implantadas”. (ELETROBRÁS, 1990a, p. 18)

Gestada no período mais duro da ditadura militar, a política energética da Eletrobrás e de suas subsidiárias guarda os traços da cultura política da época. Essa política, notou Lígia SIGAUD (1986, p. 56), “tem a curiosa particularidade de gerar não apenas hidroelectricidade, mas também efeitos sociais, perversos”. O processo de tomada de decisão sobre a construção de uma obra desta natureza envolve princípios e procedimentos comuns a todas as empresas do setor. As decisões são tomadas nos gabinetes dos planejadores da política, a partir de estimativas e cálculos pouco transparentes e extremamente técnicos que implicam, já em uma primeira fase, de levantamento de dados, em enormes gastos e investimentos. Uma vez que se define o aproveitamento de certa bacia ou rio, é apenas após a realização de contratos com as empresas que irão construir a obra que se procede ao que se convencionou chamar de ‘avaliação dos impactos sociais’. Na medida em que a avaliação dos impactos sociais é uma das últimas etapas dos procedimentos adotados pelas empresas do setor, a questão social, propriamente dita, só pode ser compreendida como um “problema” que deverá ser resolvido a todo custo. Estas avaliações tendem a buscar meios de minimizar os impactos e nunca reverter a decisão tomada de se construir a hidrelétrica. Amparadas na chamada “teoria dos impactos sociais”, ficam limitadas a uma perspectiva que busca reduzir os efeitos negativos da obra. Esse tipo de abordagem não coloca em questão a própria intervenção que gera o impacto, seus autores parecem estar mais preocupados em subsidiar as agências, no sentido de “minimizar” os impactos, do que apontar os efeitos sociais cruéis decorrentes de uma obra desta natureza. É porque o “social” “ocupa essa posição subordinada”, conclui Sigaud (1989, p. 60), “que as soluções encontradas são sempre desfavoráveis à população”.

Esta política, extremamente autoritária, procura ganhar legitimidade junto à sociedade manipulando favoravelmente em seu discurso elementos como o “progresso” e o “desenvolvimento econômico”. Este tipo de discurso dificulta muito a luta das comunidades que são atingidas pelas barragens, pois, praticamente inviabiliza a adesão de outros segmentos sociais à luta contra a implantação dos projetos. Para a população atingida, é muito complicado se contrapor a um discurso que coloca a energia elétrica como uma grande fonte de “desenvolvimento” e uma via para a melhoria da qualidade de vida de toda a população. Na maioria dos documentos da Eletrobrás encontramos este tipo de afirmação:

“A energia elétrica constitui, reconhecidamente, um insumo indispensável aos processos de produção modernos. Seu uso também está, em geral, associado, em qualquer sociedade em desenvolvimento, ao aumento da renda per capita e a melhorias na qualidade de vida da população, propiciando melhores níveis de habitação, saúde e educação.” (ELETROBRÁS, 1990a, p. 16)

É preciso ter muita coragem para se contrapor a algo que, ao menos em tese, se apresenta como uma das poucas oportunidades de se ter um “aumento da renda” e uma “melhoria da qualidade de vida da população”. Como energia elétrica se transforma em sinônimo de desenvolvimento econômico, aqueles que questionam essa política são acusados de serem contrários ao progresso e estigmatizados como “atrasados”, “tradicionalistas” ou “conservadores”.

Esse discurso transforma-se, assim, em um poderoso instrumento de anulação das diferenças porque dissimula o real e busca fazer com que os conflitos, provocados pelas construções de barragens, cedam lugar a uma suposta harmonia fundada na idéia do “bem comum”, ou seja, na idéia de que o pretenso progresso almejado por aquele modelo será usufruído por toda sociedade. “O Estado, autor da obra, é falsamente identificado com a “sociedade” brasileira abstrata, e as sociedades concretas são postas como objetos para o Estado.” (Castro e Andrade, 1988, p.10. Aspas dos autores). Deste modo, o discurso do progresso apaga todas as diferenças e engendra uma lógica unificadora que busca a identificação de todos os sujeitos sociais com a imagem da classe dominante⁴. A demanda de energia está associada a um modelo de desenvolvimento econômico que tem privilegiado, principalmente, as grandes empresas nacionais e multinacionais. Grande parte da energia elétrica produzida no Brasil é vendida a estas empresas a preços subsidiados. Existem ainda interesses de outros grupos empresariais que, segundo Sigaud, exercem forte pressão sobre o governo: “[...] empresas de consultoria encarregadas do planejamento do setor, algumas das maiores empresas da construção civil do país, empresas que produzem equipamentos elétricos e empresas que necessitam de muita energia para se implantar[...].” (Sigaud, 1989, p.57). São os interesses destes grupos empresariais que estão em jogo quando o tema é energia. Os interesses particulares destes grupos privados são transformados, pelo discurso, em interesse geral da nação e em nome do “bem comum”, do progresso da “nação”, justifica-se, para o restante da sociedade, um processo decisório que dispensa a participação da população envolvida e favorece métodos coercitivos e violentos na implantação de tais empreendimentos.

Em última instância, a política do setor energético acaba por subordinar a própria liberdade de decisão sobre a permanência ou deslocamento da comunidade à idéia de um suposto “bem comum”. Tal subordinação, definida por Hannah Arendt como uma negação da liberdade humana, é uma ilusão que só pode ser mantida mediante o uso da violência, e os maiores crimes contra os direitos humanos, ensina Arendt, buscaram sempre justificativa no fato de que o direito equivale ao que é bom e útil para um todo em contraste com as partes⁵. Assim, as “medidas preventivas e negociadas” que são apresentadas pelo setor como medidas “destinadas a resolver conflitos emergentes”, somente podem ser compreendidas como medidas destinadas, de fato, a reduzir a resistência da comunidade e legitimar a violência que, inevitavelmente, se abate sobre os atingidos.

Nesse sentido, uma prática comum para convencer os moradores da região sobre os benefícios da usina é fazer uma campanha publicitária no local, prometendo uma mudança na qualidade de vida das populações atingidas e dizendo que a usina irá gerar empregos, saúde, educação, saneamento, transporte, etc. O contraditório nisto é que o atendimento destas necessidades fica associado à construção da usina de tal forma que a aceitação do projeto aparece como uma condição prévia para o exercício de direitos fundamentais; é o único caminho para população ver realizada uma série de anseios que, na realidade, são direitos.

Como se procurou demonstrar, esta política extremamente autoritária tem sua violência encoberta pelo discurso do “progresso” e do “bem comum”, e seu efeito mais perverso é o “deslocamento compulsório”, imposto às populações atingidas. Este efeito, como se verá a seguir, é vivido de forma trágica pelas comunidades que acabam por mobilizar todos os recursos disponíveis para se contrapor à tamanha violência.

A BARRAGEM DE SALTO CAXIAS: HISTÓRIA DE UMA LUTA

A Hidrelétrica de Salto Caxias opera no trecho final do Rio Iguaçu, na divisa dos municípios de Nova Prata do Iguaçu (margem esquerda) e Capitão Leônidas Marques (margem direita), a uma distância aproximada de 550 km a oeste de Curitiba. Sua construção se iniciou após estudos realizados pelo Comitê de Estudos Energéticos das Regiões Centro-Sul e Sul do Brasil que informavam ter o Paraná um potencial hidráulico aproveitável de 26.000 MW de energia nas suas principais bacias. Estes estudos davam conta que a Bacia do Rio Paraná é, no Estado, a que possui o maior potencial hidrelétrico, mas que sua exploração depen-

de de acordos internacionais a exemplo de Itaipu. Por esse motivo, os estudos apresentavam a Bacia do Rio Iguaçu como a mais importante fonte de energia hidráulica para a região. Nessa área foram previstas, então, 22 usinas; 6 delas no Rio Iguaçu e 16 nos seus principais afluentes. Segundo tais previsões, Salto Caxias seria a última “grande” hidrelétrica a entrar em operação no Paraná, com 1.240 MW de potência instalada, inundando uma área de 141 km², atingindo diretamente, além dos municípios de Nova Prata do Iguaçu e Capitão Leônidas Marques, os seguintes municípios: Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, São Jorge do Oeste, Salto do Lontra, Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná e Quedas do Iguaçu.

A decisão sobre a construção de uma usina envolve estudos que percorrem diversas etapas. No caso de Salto Caxias, a primeira etapa, conhecida como Estimativa do Potencial, teve início ainda no começo dos anos 70. Esta etapa corresponde a uma avaliação do número de locais barráveis e do custo de aproveitamento do potencial. Em uma segunda etapa, Estudos de Inventário determinam o potencial energético da bacia, estabelecendo a melhor divisão de queda e estimando o custo de cada aproveitamento. Finalmente, são efetuados os Estudos de Viabilidade, etapa em que é possível prever o total da área afetada pela obra e calcular sua viabilidade. Em Salto Caxias, esta última etapa foi concluída em setembro de 1978, mas somente em novembro de 1993 foi elaborado o EIA – Estudo de Impacto Ambiental, instrumento que avalia os problemas sociais e ambientais que a obra irá acarretar. Este estudo, assim como o Rima – Relatório de Impacto Ambiental, foram elaborados a toque de caixa, quase às vésperas do início da construção da barragem que ocorreu em 1995.

É claro que estes estudos visavam apenas a atender a legislação vigente e não tinham nenhuma intenção de problematizar a decisão da construção da usina pela análise dos “impactos”. Na verdade, a decisão já havia sido tomada antes mesmo do conhecimento destes impactos e os estudos e relatórios ambientais tiveram o único sentido de minimizar os efeitos negativos da obra. Nestas alturas dos acontecimentos, como já foi dito antes, depois de todos os gastos com os estudos preliminares, os problemas sociais são reduzidos a meros “impactos potenciais” a serem minimizados.

Os conflitos decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias se iniciam em meados dos anos 80, quando surgem fortes boatos⁶ sobre sua construção.

Assim que surgem os primeiros boatos sobre a construção da barragem de Salto Caxias, os sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios de Nova Prata do Iguaçu, Dois Vizinhos, Realeza, Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida, Capanema, Planalto e Três Barras do Paraná, encaminham uma carta

aberta à população e às autoridades do Estado apontando todos os problemas sociais decorrentes da construção de barragens e posicionando-se contra a obra. Paralelamente, a Copel realiza uma série de reuniões com os prefeitos destes municípios. Estas reuniões, de caráter geral, buscavam divulgar os benefícios que uma obra do porte da barragem de Salto Caxias poderia trazer para a região. Os benefícios seriam decorrentes das Políticas de Desenvolvimento associadas à hidrelétrica. De acordo com os funcionários da Copel encarregados destas reuniões, a região era marcada por uma dinâmica econômica frágil e o projeto seria uma forma de viabilizar alternativas que permitiriam alterar sua inserção na economia do Estado, gerando empregos e aumentando a qualidade de vida da população. Ao mesmo tempo, estas reuniões buscavam construir alianças com importantes lideranças políticas da região que ficavam deslumbradas com as promessas de progresso rápido. Estas reuniões também serviam para manter a empresa informada sobre as movimentações locais provocadas pelos sindicatos e entidades contrários à barragem⁷.

Para se contrapor às estratégias de cooptação da Copel, os sindicatos locais, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e da Crab-RS – Comissão Regional de Atingidos por Barragens do Rio Grande do Sul, realizaram reuniões nas 52 comunidades dos 37 municípios da área de influência da obra. Estas reuniões foram organizadas a partir de mutirões de visitas, conhecidos como “arrastões”, que tinham como objetivo, além de convidar a população para a reunião, chamar a atenção das pessoas para os problemas decorrentes de uma obra do porte de Salto Caxias.

Além do apoio dos sindicatos rurais, da CPT e da Crab-RS, as comunidades atingidas contaram, para a organização de suas atividades, com as suas instituições costumeiras de organização da vida comunitária. Instituições tradicionais, como laços de parentesco e de vizinhança, se transformaram em importantes instrumentos de organização e divulgação do movimento e ações corriqueiras, como a realização de rifas, mutirões, o preparo coletivo de bolos e lanches, etc., foram aproveitadas e fizeram parte da rotina de organização dos agricultores durante todo o processo de luta contra a construção da barragem.

“Nós não tinha condição financeira para fazer as coisas, o meu companheiro tinha uma motinha, mas as vezes nós não tinha dinheiro nem para abastecer para poder ir nas atividades [...] O Camilo tinha um fusca azul, ele acabou com ele rodando para conseguir apoio, daí nós fizemos uma promoção ali na Barra Bonita, então, a gente conseguiu uns bezerras e fizemos a promoção para comprar um outro carrinho, para ele poder andar sem ficar no prejuízo. Foi feito também umas rifas, eu mesmo vendi mais de 50 bloquinhos.” (depoimento Sr. Manoel)

Uma característica da região era a existência de pequenas capelas construídas no centro das comunidades rurais mais isoladas. Nestas capelas, a presença do padre era eventual e os trabalhos de organização das atividades religiosas – as atividades de catequese, os cultos, as festas dos padroeiros, assim como outras festas religiosas e comunitárias – eram organizados pelos leigos das comunidades. Todas estas atividades fizeram com que as capelas se transformassem em verdadeiros centros de organização da vida comunitária. Os ministros e catequistas tiveram um papel importante na disseminação de informações sobre a barragem, na organização dos arrastões de visitas e de outras atividades, e muitos deles tornaram-se lideranças do movimento, como foi o caso de Camilo, lembrado no depoimento acima. Não se pode confundir, entretanto, o trabalho dos leigos das capelas nas comunidades, com o trabalho dos padres ou da Igreja de um modo geral. O posicionamento dos padres da região durante todo o conflito foi ou de indiferença para com o movimento, ou de forte oposição. Alguns padres, inclusive, agiram no sentido de colocar fim ao movimento, realizando intervenções durante as missas contra a organização dos agricultores e a favor da construção da barragem.

“O padre, um dia dentro da igreja, falou que nós não ia arrumar nada com briga, que a barragem ia ser até bom para nós. Ele tinha uma fazenda no eixo da barragem e ele chegou a dizer, no meio da missa, que ‘se a Copel não pagar do jeito que eu quero eu boto meus advogados lá e eles vão ter que pagar’ então, que a gente não precisava brigar que era só botar advogado. Eu pensei assim, ele tem os troco dele e a gente que não tem, como é que vai colocar advogado?” (depoimento Sr. Manoel)

Assim, sem o apoio da Igreja “oficial”, após uma série de reuniões organizadas pelas comunidades e pelas entidades de apoio, em 1990, foi realizado um seminário com a participação de pelo menos duas pessoas de cada uma das comunidades atingidas. Este seminário foi concluído com a elaboração de um documento, enviado à Copel, em que as comunidades reafirmam sua posição contrária à obra, com a ressalva de que a barragem só seria construída com a resolução de todos os problemas sociais debatidos no seminário.

Em resposta a este documento, a Copel realiza uma reunião com os prefeitos e sindicatos locais, onde são reafirmados os propósitos de construção da usina e dos benefícios decorrentes de sua implantação. Além disto, a empresa intensifica a política de cooptação, utilizando-se dos veículos de comunicação e da influência sobre as lideranças políticas locais.

Durante o ano de 1991, os agricultores continuam realizando reuniões em todas as comunidades. O objetivo das reuniões, agora, era contrapor ao discurso sobre melhoria na qualidade de vida a realidade dos reassentamentos da Copel e de outras concessionárias da Eletrobrás. Nestas reuniões, os agricultores assistiam a um documentário produzido pela CPT que mostrava a situação dos agricultores de Salto Segredo, acampados com suas famílias à beira de uma estrada enquanto esperavam pelo reassentamento prometido. A apresentação do vídeo era seguida de debates sobre as “falsas promessas” da Copel e da divulgação de informações sobre o andamento do processo de construção da usina de Salto Caxias.

Este trabalho nas comunidades possibilitou a emergência de novas lideranças comunitárias que passaram a assumir a luta no seu local de inserção, ampliando o poder de mobilização dos atingidos. No Dia do Trabalhador Rural, 25 de julho de 1992, a Crabi realiza uma grande manifestação na margem esquerda do Rio Iguaçu e, nesta data, os agricultores decidem conhecer pessoalmente a realidade dos atingidos pelas barragens de Salto Segredo e Osório.

“A gente começou a verificar o caos que as famílias atingidas pelas outras barragens estavam ficando, o desinteresse da própria Copel e de todas as empresas pela questão social. Foi então que nós mesmos, os atingidos, assumimos toda a luta, toda a coordenação da Crabi. Dali para cá é que começa mesmo a nossa história.”
José Uliano Camilo - coordenador da Crabi. (Nunes; s/d)

A partir de março de 1993, a Copel realiza o que chamou de “2ª Série de Encontros com Agricultores na Área da Usina de Salto Caxias” e, conforme exposto em documento interno⁸, constatou que, diferentemente dos primeiros encontros que ocorreram entre os anos de 1988 e 1990, o clima na região era “hostil ao início da usina” e que esta hostilidade estava intimamente vinculada ao surgimento da Crabi. A entidade, criada informalmente em 1990, possuía em 1993 “representantes em todos os municípios do reservatório”. O relatório, desta “série de encontros” faz um balanço negativo das reuniões nos municípios, relata a participação em todas as reuniões convocadas pela Copel de integrantes da Crabi e informa o nome de suas principais lideranças. Os funcionários da empresa não conseguem esconder certo espanto com a capacidade de organização dos atingidos e citam o domínio de temas complexos que seus representantes passaram a demonstrar, como o conhecimento sobre a política energética exposta no Plano 2010 da Eletrobrás demonstrado pelo agricultor Nereu Gaffuri. Anteriormente, em outros

documentos da Copel, os atingidos que se opunham ao projeto eram tratados como “poucos radicais do PT”, representantes dos sindicatos “ligados à CUT” ou “à CPT” e que “só faziam oposição, sem saber direito sobre o que estavam falando e, por esse motivo, não poderiam causar grandes transtornos”. Na verdade, este fato revela a grande dificuldade que o poder público encontra para se relacionar diretamente com a sociedade, sem a mediação das instituições representativas tradicionais, prefeitos, deputados, partidos, etc. O “espanto” dos funcionários da Copel é, neste sentido, mais do que previsto, está ligado a uma descrença na capacidade de auto-organização dos agricultores e a uma concepção paternalista de política pública. Nesta concepção, a população é tida como incapaz de ter, até mesmo, uma opinião própria. Em seus estudos sobre a participação popular em processos de tomada de decisão, Maria Vitória Benevides observa que para a elite política a participação popular é “fútil e inútil”, pois, dadas as múltiplas carências que possui, o povo é “incoerente e inconstante” em suas opiniões, “quando as tem”. (Benevides, 1996, p.80)

Assim, mesmo reconhecendo o seu potencial de organização, a Copel não aceita a Crabi como interlocutora, privilegiando diálogos com membros das tradicionais elites locais. Esta postura da empresa impôs à Crabi a tarefa de se firmar como uma organização independente e autônoma, representante de um segmento da população que pretende se relacionar com o poder público por fora dos canais formais de expressão de interesses.

Em abril de 1993, a Copel iniciou o trabalho de piqueteamento⁹ na região. Sem comunicar a Crabi ou a população, funcionários da empresa entraram nas propriedades e demarcaram o canteiro de obras. Esta atitude desagradou muitos agricultores que, rapidamente, se organizaram e, em uma manifestação com cerca de mil pessoas, decidiram queimar os marcos como forma de protesto. Em resposta a esta ação, a Copel indiciou dois líderes do movimento, José Uliano Camilo e Nereu Gafuri, que passaram a responder Inquérito Policial por estimular danos aos bens da empresa. Enfrentando forte oposição e grandes dificuldades para prosseguir os trabalhos, no dia 14 de junho de 1993, a Copel realiza uma reunião com os agricultores, onde estes comunicam a decisão de apenas iniciar qualquer negociação após a retirada da “queixa-crime” contra suas lideranças. Esta reunião, que foi registrada em ata pela empresa, foi o primeiro encontro “formal” entre a Copel e a Crabi. Após a empresa se comprometer em suspender o processo judicial contra seus líderes, os agricultores reafirmam todas as reivindicações encaminhadas desde o seminário de 1990 e que, até então, haviam sido

ignoradas pela empresa. Isso significava que os agricultores não permitiriam o início da obra antes de receberem as indenizações e que os trabalhos de topografia e cadastramento só seriam realizados depois de garantidos as indenizações e o reassentamento das famílias atingidas. Tendo em mente a experiência de Salto Segredo, onde muitas promessas não foram cumpridas, os agricultores exigiram, ainda, um compromisso por escrito, assinado pelo presidente da Copel e pelo governador do Estado. O representante da Copel, entretanto, apenas externou a disposição da empresa em “trabalhar de acordo com a lei”; e “a lei”, neste caso, dava um prazo de até cinco anos para o pagamento das indenizações. O impasse estava estabelecido e a reunião não representou, portanto, um avanço concreto para a sua solução, ainda que representasse, na prática, o reconhecimento pela Copel da legitimidade da Crabi como interlocutora.

No dia 25 de julho de 1993, a Crabi realiza uma grande manifestação com a participação de cerca de 2 mil pessoas e a presença de vários deputados federais e estaduais, entidades de apoio ao movimento e atingidos por outras barragens. O evento foi ignorado pela Copel, que tenta reiniciar os trabalhos da obra, levando máquinas para a perfuração da rocha no local da barragem. Em assembléia, os agricultores decidem por ocupar a área e acampar no canteiro de obras, apreendendo máquinas e carros da empresa e impedindo que os trabalhos prosseguissem. No trigésimo dia de ocupação, o acampamento foi cercado pelo Grupo de Comando de Operação Especial da Polícia Militar. Mesmo sob o cerco policial, as famílias decidiram permanecer acampadas e só sair do local quando fossem atendidas suas reivindicações, e quando a Copel garantisse a participação da Crabi em todas as decisões sobre os problemas sociais causados pela obra.

Como resultado da ocupação, a Copel aceita que a Crabi passe a integrar o GEM – Grupo de Estudos Multidisciplinares, com representantes de todas as comunidades que seriam atingidas. Este grupo, formado logo no início dos trabalhos na região, era encarregado das decisões sobre os problemas ambientais e era composto por representantes da Copel, das prefeituras locais e um representante da comunidade atingida, escolhido, entretanto, pela Copel. No GEM, os representantes dos atingidos, eleitos em assembléias, exigem da Copel que todas as negociações sobre as indenizações e os reassentamentos fossem tratadas coletivamente, com a intermediação da Crabi. É assim que, na presença de representantes de partidos políticos, da CUT – Central Única dos Trabalhadores, CTP – Comissão Pastoral da Terra e da Fetaep – Federação dos Trabalhadores na Agri-

cultura do Estado do Paraná, a Copel assina um documento assumindo um compromisso formal com a Crabi, colocando fim a 43 dias de ocupação do canteiro de obras.

No dia 15 de dezembro de 1993, a Copel e a Crabi assinam um Termo de Compromisso¹⁰ que incorpora a proposta dos atingidos e fixa metas complementares aos "Princípios, Diretrizes e Critérios para o Remanejamento da População Atingida". Entre outras propostas, estas metas definem um período para as desapropriações; fixam um calendário e critérios para o início das indenizações; garantem o reassentamento para pequenos proprietários (até 5 alqueires), arrendatários, meeiros, posseiros e, o mais importante, estabelecem que todas as indenizações e os reassentamentos deveriam ser efetuados antes da construção da barragem.

Um atraso de quase um ano no cronograma de indenizações leva a Crabi a mobilizar, no dia 14 de março de 1995, mais de 4 mil atingidos no canteiro de obras da barragem. Os agricultores denunciavam que o cronograma da obra estava sendo cumprido pontualmente em todos os outros aspectos, exceto nas indenizações, revelando, assim, o descaso da empresa para com os agricultores.

A aceitação pela Copel da Crabi como interlocutora dos atingidos não implicou em uma mudança imediata na cultura política da empresa. Na verdade, herdeira de uma cultura política autoritária, a empresa não apresentava a mínima noção de como se relacionar com a população e, diante de qualquer dificuldade, mantinha os procedimentos burocráticos e legais. Correndo contra o atraso de quase um ano, a Copel monta um edital de compra de terras para o reassentamento. A confecção deste edital não respeita o compromisso assumido de participação da comunidade atingida na elaboração conjunta de critérios para inclusão de famílias e aquisição de terra. O número de famílias atendidas era menor que o previsto pelo movimento e os critérios para a compra de terras não atendiam à reivindicação do movimento de não comprar terras parceladas, que inviabilizassem a manutenção das comunidades em suas vizinhanças originais.

"A Copel fez um edital dizendo que tinha negociado, mas quem ia escolher a terra seria ela, ameaçando jogar nós lá para Mato Grosso. Aí nós trancamos o escritório da Copel. daí a imprensa foi lá e o repórter perguntou 'o que você está fazendo aí', eu estava cozinhando arroz com carne, então eu disse 'você não está vendo o que eu estou fazendo? Cozinhando arroz com carne [...]' Ele disse, 'mas porque o movimento?' Ai eu disse que 'a Copel negociou com nós e não está cumprindo, no momento que ela cumprir, que ela rasgar esse edital que ela colocou, aí está terminado.'" (depoimento Sr. Manoel)

Esta prática da companhia, de voltar atrás nos acordos já firmados com o movimento, obriga a Crabi a organizar outra manifestação, desta vez em Curitiba, com objetivo de abrir negociações junto ao governo do Estado para a revogação do edital e a elaboração de um decreto governamental para liberar e apressar a aquisição de terras. Esta negociação resultou na formação de um grupo multiinstitucional integrado pela Crabi, Fetaep, engenheiros agrônomos das prefeituras, parlamentares, IAP – Instituto Ambiental do Paraná e Promotoria Pública, para garantir a transparência do processo e encaminhamento democrático das resoluções.

Em 1996, os agricultores escolhem 5 mil alqueires de terras em áreas previamente selecionadas pela Comissão multiinstitucional. A compra destas terras, entretanto, dependia da publicação de um decreto governamental. Segundo a avaliação do movimento, “o decreto estava parado porque o governador pretendia atender aos interesses de fazendeiros que queriam vender suas propriedades”, em detrimento da escolha dos agricultores. Esta postura do governador provoca uma nova manifestação, desta vez com mais de 4,5 mil pessoas no canteiro de obras da Copel, impedindo os trabalhos e paralisando a rodovia próxima ao empreendimento. Simultaneamente, uma comissão era atendida pelo governador que, finalmente, assina o decreto contemplando a maior parte das áreas escolhidas pelo movimento.

Durante todo este processo, o Movimento dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu consegue, apesar de todos os entraves da cultura autoritária, restabelecer as noções de cidadania e de direitos e, embora voltado para resolução de problemas locais e imediatos, contribuiu para a construção de uma nova cultura política no Estado, representando uma nova experiência de mundo público¹¹.

No final do processo, a Crabi, um movimento social rural, coordenado por agricultores, passou a ser vista de outra forma pelos funcionários da Copel, segundo depoimento de uma funcionária da empresa:

“[...] o Estado respeita muito o movimento. Respeita tanto, que os acordos estão sendo discutidos em comum e aprovados. Foram os atingidos que fizeram com que isto acontecesse. Hoje, todas as reivindicações que entram na empresa, de certa forma acaba acontecendo. Não porque a Copel queria, mas porque existe um movimento por trás, extremamente esclarecido.” (Nunes, s/d)

Uma das características importantes deste movimento é que, desde os primeiros momentos de sua constituição, suas principais lideranças foram os próprios agricultores. Contaram, não se pode negar, com o apoio e o estímulo dos

sindicatos locais, de partidos políticos e de entidades como a CPT e a Crabi-RS, mas, nenhuma liderança foi recrutada destes quadros. Não são poucos os relatos que expressam a origem das lideranças:

“Meu marido participou de todas as reuniões que tinha, não foi fácil para maioria das mulheres daqui, porque tinha muito trabalho e eram os nossos maridos e nós que tinha que lutar. Tinha dia que meu marido chegava em casa e eu dizia: ‘isso é um jeito de você sair de casa só para não ajudar’. Mas daí eu comecei ver e aprendi que tinha fundamento aquilo tudo e que a gente ia conseguir tudo. Eu mesma comecei a participar e graças a Deus que tudo que nós passamos, aquelas brigas que foi feita, valeu a pena. Quando era para fazer um acerto a gente se reunia, para fazer as lutas, para tirar as estacas, para parar as máquinas, os acampamentos, tudo valeu a pena.” (depoimento de Laura)

O movimento demonstrou, também, capacidade, evidenciada no relato acima e reconhecida até mesmo pelos organismos governamentais, de formar, em cada etapa da luta contra a barragem, novas lideranças locais. Essa capacidade está intimamente vinculada à dinâmica do movimento, aos “arrastões de visitas”, às reuniões de base, ao repasse cotidiano de informações, etc. Esta dinâmica funcionou, mesmo quando não havia grandes mobilizações, como grande aglutinadora de forças que permitiu a manutenção da vitalidade do movimento.

Na maior parte do processo, o movimento contou apenas com instituições de “base” informais de organização, resgatadas dos modos costumeiros de organização da vida. E somente após o reconhecimento formal pela Copel da Crabi como interlocutora dos agricultores, o movimento sentiu a necessidade de constituir estruturas organizativas formais¹².

A organização, disse Thompson, acontece quando alguns homens, “como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (Thompson, 1987, p.10). Neste texto se procurou demonstrar que o “deslocamento compulsório”, efeito mais perverso de uma política extremamente autoritária, foi vivido e experimentado pelas comunidades que acabaram por mobilizar todos os recursos disponíveis para se contrapor à tamanha violência. E é neste processo tenso onde as comunidades atualizam suas instituições e criam novos sentidos e significados às suas experiências que surge a Crabi. Surge como resultado da participação ativa dos agricultores na luta contra as barragens.

NOTAS

- ¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina, é professora da Faculdade Anglo Americano de Foz do Iguaçu.
- ² Comunidade é aqui entendida naquele sentido corrente, descrito por Antonio Candido como: "...um agrupamento dotado de equipamento institucional mínimo, de modo a servir de teatro para as diversas atividades dos seus membros: religiosas, recreativas, políticas, administrativas, econômicas, etc." (1979, p. 20) O sentido pretendido neste texto será sempre este.
- ³ Este artigo baseia-se no capítulo I da dissertação de mestrado defendida pela autora junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. (Parmigiani, 2003)
- ⁴ Sobre a forma como a ideologia interpela o sujeito, ver Marilena Chaui (1990).
- ⁵ Arendt (1992)
- ⁶ É considerado um procedimento "normal" do setor elétrico manter em segredo todo o processo de decisão sobre a construção de uma hidrelétrica. As decisões sobre geração de energia são normalmente tomadas a partir de critérios técnicos, pouco transparentes e que, por esse motivo, dispensam a participação não só da comunidade atingida, como também da sociedade em geral – (SIGAUD 1989). No caso de Salto Caxias, os boatos começaram a aparecer após o final da terceira etapa dos estudos.
- ⁷ Estas informações estão registradas em documentos internos da Copel, conhecidos como "Relatórios de Viagem" elaborados por funcionários encarregados de iniciar as negociações em nome da companhia dos quais possui cópias xerográficas.
- ⁸ Os resultados destes encontros foram registrados nos "relatórios de viagem" dos funcionários da Copel.
- ⁹ Piqueteamento é a demarcação do local onde irá passar a água do lago e do canteiro de obras.
- ¹⁰ Documento registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos. 1º Ofício – Pessoa Jurídica – José Mendes Camargo – Curitiba, Paraná.
- ¹¹ Em artigo publicado na revista Estudos Avançados, (USP nº 7, volume 3 - Set. / Dez. 1989) Maria Célia Paoli discorre sobre a importância da atuação dos movimentos sociais para o processo de democratização do Estado e como que, a partir da década de 80, acabaram colaborando para esta nova construção de um mundo público sem os entraves da cultura autoritária.
- ¹² Atualmente, a Crabi apresenta em sua organização as seguintes instâncias deliberativas e executivas:

ASSEMBLÉIA GERAL – nesta instância participam a coordenação, equipes de trabalho e representantes das associações de moradores das comunidades reassentadas;
PLENÁRIA GERAL - entre as Assembléias, acontecem plenárias abertas com ob-

jetivo de avaliar e reencaminhar, se for o caso, as decisões e orientações da Assembléia; COORDENAÇÃO GERAL – participam desta coordenação um agricultor por município atingido. Esta coordenação deve encaminhar e executar as decisões da Assembléia, assim como convocar e coordenar a Assembléia Geral, discutir, animar o movimento, constituir equipes ou grupos de tarefas, conforme a necessidade do movimento; EXECUTIVA GERAL - escolhida pela Coordenação Geral para executar as decisões tomadas em instâncias superiores, bem como propor questões e tomar decisões necessárias ao andamento do movimento.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
- _____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BENEVIDES, Maria Vitória. *A cidadania ativa*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- CASTRO, E. Viveiros e ANDRADE, L. M. M. de. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. Comissão Pró-Índio de São Paulo: 1988.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez Editora, 1990.
- NUNES, M. M. "Relatório do Projeto de Pesquisa sobre experiências inovadoras no campo". 3ª etapa do curso nacional de formação da CPT – Comissão pastoral da Terra, s/d, mimeo.
- PARMIGIANI, J. *Uma escola igual a dos ricos. A Escola Rural na Visão dos Atingidos por Barragens do Rio Iguçu*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, 2003.
- PAOLI, Maria Célia. "Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil moderno", *Estudos Avançados* nº 7, vol. 3, São Paulo: USP, setembro/dezembro/1989.
- SIGAUD, L. "O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 18, ano 7, fev. 1992.
- _____. "Crença, descrença e interesses: por uma sociologia das condutas face ao deslocamento forçado". In: *Estado, energia elétrica e meio ambiente: o caso das grandes barragens, Rio de Janeiro: Coppe, UFRJ, Ppgas, Museu Nacional, 1995*.
- _____. "Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho". *Comunicação*, nº 9. RJ: Museu Nacional, 1989.
- _____. "A política 'social' do setor elétrico", In, *Sociedade e Estado*, 4(1): 55-71, jan., 1989.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol.II, 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OUTRAS REFERÊNCIAS

PLANO DIRETOR DE MEIO AMBIENTE DO SETOR ELÉTRICO, 1991/1993 Volume 1 e 2. Ministério da Infra-estrutura - Secretaria Nacional de Energia - Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás - Rio de Janeiro 1990

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6938, de 31. 08. 198. Resolução 001/86.

COPEL – ofícios e documentos internos, “Relatórios de Viagem” (cópias xerográfadas).

CARTÓRIO de REGISTROS de TÍTULOS e DOCUMENTOS, 1º Ofício – Pessoa Jurídica – José Mendes Camargo, Curitiba, Paraná.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Projeto de Desenvolvimento Associado à Usina de Salto Caxias, Curitiba, 1994.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Termo de Referência do Projeto de desenvolvimento Associado à UHE Salto Caxias, Curitiba, agosto, 1994.

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – PBA, RT – 240-00-003, dezembro, 1993.

TERMO de COMPROMISSO – CX-01/94, assinado em Cascavel, 15/09/94.

PRINCÍPIOS, DIRETRIZES e CRITÉRIOS para REMANEJAMENTO da POPULAÇÃO ATINGIDA, assinado em Três Barras do Paraná, 20/08/93.

COPEL – Cartilha do Projeto de Reassentamento, 1995